

O ARTICULADOR

*Economia
Brasil*

JORNAL DA TARDE

- 9 ABR 1987

É o ministro do Planejamento quem elabora o plano econômico



No processo de montagem de um programa econômico de longo prazo encomendado pelo presidente José Sarney, o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, visitou nove ministros nos dois últimos dias. Seu próximo passo, depois dos ministros, será ouvir os governadores, líderes no Congresso, representantes da sociedade civil — aí incluídos sindicatos de patrões e empregados. Pretende gastar 310 horas em conversas de que até os acadêmicos participam.

Depois de amanhã, Teixeira vai encontrar-se com os professores Celso Nartone, Paulo Rabello de Castro, Carlos Lessa, e Carlos Longo, para uma primeira conversa sobre como elaborar um planejamento econômico de longo prazo. O fato de a Seplan entrar na terceira semana sem secretário-geral — o economista Carlos Lessa recusou o posto — não perturba Teixeira, que vai trabalhando na montagem do seu plano

confiante de que, escolhido o secretário-geral, os trabalhos serão acelerados.

Para o ministro do Planejamento, não se deve confundir o programa que ele está elaborando, com o I PND da Nova República, em vigor, e com o Plano de Metas de julho do ano passado. Os dois programas foram virtualmente abandonados, apesar de o PND ser uma lei com vigência até 1990, para dar lugar a um terceiro mais ajustado às atuais características da economia brasileira.

O plano de Aníbal também não interferirá nas diretrizes de planejamento expostas pelo ministro da Fazenda na reunião da bancada do PMDB, na semana passada, no Congresso. O ministro sustenta que as metas propostas por Funaro são de curto prazo, enquanto as suas vislumbram um horizonte mais amplo, embora necessariamente

devam comportar-se dentro do período administrativo do presidente Sarney

A substituição do I PND da Nova República por um programa elaborado por Aníbal poderia ser viabilizada, na opinião de técnicos da Seplan, com as alterações constitucionais promovidas pela Constituinte na parte do planejamento. A Constituição atual estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos nacionais de desenvolvimento com vigência em todo o período administrativo, e de orçamentos plurianuais de investimento. Uma alteração nesse texto poderia permitir que se abandonasse o atual PND e que o Congresso votasse outro projeto para substituí-lo.

Teixeira está convencido de que poderá elaborar um plano econômico de longo prazo, o mais completo possível, sem entrar em rota de colisão com o ministro da Fazenda e com a assessoria do ministro Dilson Funaro.